

A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CHINA: CONTROLE, ESTABILIDADE E EVOLUÇÃO EM COMPARAÇÃO COM O BRASIL

CHINA'S PUBLIC SECURITY POLICY: CONTROL, STABILITY AND EVOLUTION COMPARED TO BRAZIL

Fábio Bispo dos Santos ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a política de segurança pública da China levando em consideração seus fundamentos, componentes principais e evolução histórica. Além disso, o artigo estabelece uma comparação com a política de segurança pública do Brasil, destacando semelhanças e diferenças em suas abordagens e desafios. A política de segurança pública chinesa é caracterizada pela priorização da estabilidade social, pela liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) e pelo uso de uma combinação de métodos, incluindo medidas repressivas e vigilância tecnológica. Enquanto isso, o Brasil enfrenta seus próprios desafios complexos, incluindo altos índices de criminalidade e a necessidade de equilibrar a segurança com os direitos humanos.

Palavras-chave: China, controle social, estabilidade, direitos humanos, Brasil, segurança pública.

Abstract: This article aims to analyze China's public security policy, taking into account its foundations, main components, and historical evolution. In addition, the article establishes a comparison with Brazil's public security policy, highlighting similarities and differences in their approaches and challenges. China's public security policy is characterized by the prioritization of social stability, the leadership of the Chinese Communist Party (CCP), and the use of a combination of methods, including repressive measures and technological surveillance. Meanwhile, Brazil faces

¹ Mestrando em avaliação e monitoramento de políticas públicas - MPAM pela ENAP



its own complex challenges, including high crime rates and the need to balance security with human rights.

Keywords: China, social control, stability, human rights, Brazil, public security.

Introdução

A política de segurança pública é um tema crucial tanto na China quanto no Brasil, moldando a relação entre o Estado e a sociedade em ambos os países. Na China, essa política reflete as prioridades do governo, suas preocupações com a estabilidade e segurança nacional, e seus métodos de governança. Em comparação com o Brasil, a segurança pública é marcada por desafios como a violência urbana, o crime organizado e a necessidade de proteger os direitos dos cidadãos.

Este artigo busca analisar os principais aspectos da política de segurança pública na China, fulcrado em argumentos da bibliografia anexa, e estabelecer uma comparação com a situação do Brasil. Ao fazer isso, pretende-se oferecer uma visão comparativa e crítica desses importantes temas bem como contribuir na evolução desse tema não só para a segurança pública chinesa, mas também a mesma área de conhecimento no Brasil. Ambos os países possuem diferenças gigantes nesse assunto proveniente de suas raízes históricas e culturais o que faz com que esse tema são tão complexo para os dois países quando postos lado a lado e comparados.

Fundamentos e Princípios na China

A política de segurança pública da China é orientada por um conjunto de princípios fundamentais:

- Estabilidade como Prioridade Máxima: A estabilidade social é considerada um pré-

requisito essencial para o desenvolvimento econômico e a prosperidade nacional. O governo chinês prioriza a manutenção da ordem social e a prevenção de qualquer forma de instabilidade que possa ameaçar a governança do PCC o que faz com que o controle da segurança pública seja baseados em modelos que mantenham essa ordem ao máximo.

- **Liderança do Partido Comunista Chinês:** O PCC desempenha um papel central na formulação e implementação da política de segurança pública. O partido controla as principais instituições responsáveis pela segurança, incluindo a polícia, as forças armadas e o sistema judicial.
- **Abordagem Abrangente:** A segurança pública é entendida de forma ampla, abrangendo não apenas a aplicação da lei e o combate ao crime, mas também a prevenção de distúrbios sociais, o controle da internet, a segurança ideológica e a defesa contra ameaças externas. Devido ao grande crescimento econômico e a política de metas públicas e avaliação na China, “Nas últimas duas décadas, as reformas políticas da China, a política de abertura, o crescimento econômico dramático e a política externa cada vez mais assertiva tiveram um impacto regional e global sem precedentes.” (GUO,2013 p.2), esses fatores contribuíram para uma política de segurança pública focada em parâmetros organizacionais muito parecidos bem como as influências socioculturais típicas da sociedade chinesa.
- **Combinação de Métodos:** “As principais dimensões, estruturas, processos, funções e características do sistema político chinês, como ideologia, política, direito, sociedade, economia e política externa.” (GUO,2013 p.2). A política de segurança pública da China emprega uma combinação de métodos, incluindo medidas repressivas, vigilância tecnológica, mobilização social e propaganda ideológica.”O governo chinês prioriza a manutenção da ordem social e a prevenção de qualquer forma de instabilidade que possa ameaçar a governança do PCC o que faz com que o controle da segurança pública sejam baseados em modelos que mantenham essa ordem ao máximo.” (RIBEIRO,2014, p. 75).

Principais Componentes na China

A política de segurança pública da China é composta por vários componentes principais:

- **Sistema Legal e Aplicação da Lei:** A China possui um extenso sistema legal que abrange uma ampla gama de atividades. A aplicação da lei é realizada principalmente pela polícia, que possui amplos poderes para investigar, deter e prender suspeitos. O sistema judicial, incluindo os tribunais e as prisões, também desempenha um papel importante na manutenção da segurança pública. O atual sistema legal chinês é o resultado de uma evolução complexa e multifacetada ao longo de mais de 3.000 anos. Ele foi moldado por influências da filosofia chinesa tradicional, bem como por influências significativas de sistemas jurídicos ocidentais, principalmente nos últimos dois séculos. Essa interação entre tradição e modernidade resultou em um sistema jurídico que busca equilibrar as características únicas da sociedade chinesa com as demandas de um mundo globalizado. O sistema jurídico chinês contemporâneo é caracterizado por uma estrutura em constante transformação, adaptando-se às mudanças políticas, econômicas e sociais. Além disso, dentro da China, existem regiões autônomas como Macau e Hong Kong, que operam sob sistemas jurídicos distintos (civil law e common law, respectivamente), demonstrando a diversidade e a complexidade do panorama legal chinês (JACINTO JUNIOR, p. 81-99, 2022).
- **Controle Social:** O governo chinês emprega uma variedade de mecanismos para controlar a sociedade e prevenir a dissidência. Isso inclui a censura da mídia e da internet, a vigilância em massa, a restrição das atividades de organizações não governamentais e a repressão de movimentos sociais e religiosos considerados ameaçadores. O modelo de segurança chinês: “Aborda o significado do policial, entendido enquanto amplas práticas de controle social não restritas à intervenção do corpo formal de forças públicas policiais



burocraticamente organizadas.” (RIBEIRO,2014 p. 61).

- **Segurança Nacional:** A segurança nacional é uma preocupação fundamental para o governo chinês, que busca proteger o país de ameaças externas e internas. Isso inclui a defesa contra agressões militares, o combate ao terrorismo e ao separatismo, e a proteção contra a infiltração de influências estrangeiras consideradas subversivas. A segurança nacional é uma preocupação primordial para o governo chinês, que a considera essencial para a estabilidade e o desenvolvimento do país. Essa preocupação se manifesta na busca constante por proteger a China de ameaças tanto externas quanto internas. No âmbito externo, o governo chinês prioriza a defesa contra possíveis agressões militares, fortalecendo suas forças armadas e buscando dissuadir potenciais adversários. Internamente, a segurança nacional abrange o combate ao terrorismo e ao separatismo, que representam desafios à unidade e à integridade territorial da China. Além disso, o governo chinês demonstra uma preocupação em proteger o país da infiltração de influências estrangeiras consideradas subversivas, buscando preservar sua soberania ideológica e política. Essa postura reflete a determinação da China em manter sua estabilidade interna e garantir sua segurança em um contexto internacional complexo (RUBIOLO, 2011 p. 71-82)
- **Tecnologia e Vigilância:** A China investiu pesadamente em tecnologia de vigilância, incluindo câmeras de reconhecimento facial, sistemas de monitoramento da internet e bancos de dados de DNA. Essas tecnologias são usadas para rastrear e monitorar cidadãos, prevenir o crime e manter a estabilidade social.

Evolução da Política de Segurança Pública na China

A política de segurança pública da China evoluiu significativamente ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas do país:

- Era Maoísta (1949-1976): Durante a era de Mao Tsé-Tung, a segurança pública era fortemente politizada e focada na luta de classes e na repressão de “inimigos do povo”. O controle social era exercido por meio de organizações de massa e campanhas políticas.
- Era da Reforma e Abertura (1978-Presente): Com o início das reformas econômicas, a China enfrentou novos desafios em termos de segurança pública, incluindo o aumento da criminalidade, a migração em massa e os distúrbios sociais. O governo respondeu fortalecendo o sistema legal, modernizando a polícia e investindo em tecnologia de vigilância.
- Era Xi Jinping (2012-Presente): Sob a liderança de Xi Jinping, a política de segurança pública da China tornou-se ainda mais assertiva e abrangente. O governo intensificou o controle sobre a sociedade civil, expandiu a vigilância tecnológica e adotou uma postura mais dura em relação à dissidência e às ameaças à segurança nacional.

A Política de Segurança Pública no Brasil: Um Panorama Comparativo

A política de segurança pública no Brasil apresenta um cenário significativamente diferente da China, embora ambos os países enfrentem desafios complexos. No Brasil, a segurança pública é caracterizada por:

- Altos Índices de Criminalidade: O Brasil possui altos índices de homicídios, roubos e outros crimes violentos, representando um dos principais desafios para a segurança pública. “Estudo recente divulgado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mostrou que o Brasil possui 2,8% da população mundial, mas acumula 11% dos homicídios de todo o mundo ((LIMA; BUENO; MINGARDI, 2018,p. 51)
- Violência Urbana: A violência urbana é um problema persistente, especialmente em

grandes cidades, com a presença de facções criminosas e conflitos entre gangues.

- **Desigualdade Social:** A desigualdade social e a falta de oportunidades contribuem para a criminalidade, criando um ciclo de violência e exclusão. “Em linhas gerais, os indicadores de desenvolvimento da sociedade brasileira, ao longo dos últimos 50 (cinquenta) anos, demonstram, no âmbito da perspectiva do conflito, algumas condicionantes, desequilíbrios e desigualdades socioeconômicas, que concorrem, direta ou indiretamente, para o agravamento do atual quadro de fragmentação social...” contribuindo conjuntamente com outros fatores para a violência no contexto sociocultural brasileiro (Fórum cesec-ipea-25-32.p. 1)
- **Sistema Carcerário:** O sistema carcerário brasileiro enfrenta problemas de superlotação, violência e falta de infraestrutura, dificultando a ressocialização de detentos e domínio por facções criminosas. Um exemplo do domínio das facções no sistema prisional brasileiro: Trecho retirado da revista brasileira de segurança pública demonstra como as facções estão em conflito para manterem seus interesses e garantirem seus privilégios e negócios “...o pavilhão 2, que abrigava as principais lideranças criminais do estado, conhecida como “barões do tráfico”, e sabiamente resistentes à entrada da facção na região Metropolitana de Belo Horizonte...”. (Revista Brasileira de Segurança Pública, 2025, p. 117).

Na página 117 dessa mesma revista de segurança pública brasileira notamos categoricamente a influência dessas organizações criminosas no sistema prisional. “Entrevistado 27 (preso/pavilhão trabalho): “Existia o pavilhão 1 do PCC, o 3 era o PCC, o 2 não era, era só de traficantes aqui de Minas...” (Revista Brasileira de Segurança Pública, 2025, p. 117), o que demonstra o domínio dessas facções até na organização interna dos estabelecimentos penais.

- **Políticas de Segurança:** As políticas de segurança no Brasil variam em sua eficácia e carece de recursos tecnológicos e organizacionais com precarização na unificação das

polícias estaduais e falta de trabalho em conjunto, bem como uma gestão dos dados carcerários e de inteligência falhos o que contribui para que a criminalidade se expanda cada vez mais sobretudo entre os jovens e as comunidades mais carentes.

Por outro lado, esse tema no Brasil é marcado pela crítica a atuação da polícia, muitas vezes são marcadas por debates sobre o uso da força policial, o controle de armas e a necessidade de reformas no sistema de justiça criminal e reformulação dos modelos prisionais atualmente uma discussão tem tomado conta do meio que é o foco na pena justa termo esse proveniente da ADPF 347 julgada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, que reconhece o estado de inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro e foca na humanização das penas carcerárias do país. “Com o Pena Justa, também foi anunciado o programa Emprega 347, que cria cotas de emprego nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para ex-detentos e condenados em regime semiaberto. O objetivo é garantir a criação de empregos dignos e remunerados para mais de 600 mil pessoas.” (STF,2025)

Comparação e Discussão

Ao comparar a política de segurança pública da China com a do Brasil, algumas diferenças e semelhanças se destacam:

- Ênfase na Estabilidade vs. Combate à Violência: Enquanto a China prioriza a estabilidade social e o controle da dissidência, o Brasil enfrenta o desafio urgente de combater a violência e a criminalidade generalizada e o domínio das comunidades carentes por facções criminosas.
- Papel do Estado: Na China, o Estado desempenha um papel central e abrangente na segurança pública, com forte controle sobre a sociedade. No Brasil, o Estado também é fundamental, mas enfrenta limitações em sua capacidade de controlar a violência e

garantir a segurança para todos os cidadãos.

- **Vigilância e Tecnologia:** Ambos os países utilizam tecnologia para fins de segurança pública, mas a escala e a intensidade da vigilância na China são mais desenvolvidas. O artigo “Policar na China Contemporânea” de Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro corrobora com a afirmação sobre a vigilância e tecnologia na China. O autor discute o controle social na China e como ele evoluiu, especialmente após as reformas de 1978. Embora o artigo não faça uma comparação direta com “outros países”, ele fornece evidências da crescente formalização do “policar” (entendido como controle social) na China, que está intrinsecamente ligada ao uso intensivo de tecnologia.

A China por meio da formalização do controle social antes de 1978, o controle social na China era exercido de maneira mais informal. Com as reformas, houve uma crescente formalização, com a constituição jurídica de direitos e a emergência de uma preocupação dos líderes chineses com garantias a esses direitos. Essa formalização implica em sistemas mais estruturados e, frequentemente, no uso de tecnologias para monitorar e regular a sociedade.

- **Ênfase no “policar”:** Ribeiro defende que “policar” como as amplas práticas de controle social, não se restringindo apenas à atuação das forças policiais. Isso sugere um escopo muito amplo de vigilância e controle, que pode incluir desde a presença física de autoridades até o uso de tecnologias de vigilância em massa. (RIBEIRO,2014).
- **Direitos Humanos:** Ambos os países enfrentam críticas em relação aos direitos humanos, embora as preocupações se manifestem de maneiras diferentes. Na China, as críticas se concentram na repressão da dissidência e na vigilância em massa com base no relatório da Human Rights Watch de 2015, os argumentos que evidenciam o desrespeito aos direitos humanos na China são:
- **Repressão à Dissidência:** A China é caracterizada como um Estado autoritário que

sistematicamente reprime os direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, associação, reunião e religião, sempre que seu exercício é percebido como uma ameaça ao regime do partido único. Desde 2013, as autoridades chinesas intensificaram os ataques aos defensores dos direitos humanos, com uma violência não vista nos últimos anos. O governo e o Partido Comunista Chinês exigem respeito à ideologia “correta” e alertam a população contra os “valores universais” e os direitos humanos .

No Brasil, os direitos humanos são impactados por desafios complexos relacionados à segurança pública e à violência. O país enfrenta críticas devido à violência policial e às violações dos direitos dos cidadãos durante operações de segurança. As altas taxas de mortalidade em confrontos policiais, envolvendo tanto policiais quanto criminosos, contribuem para os elevados índices de mortes violentas no Brasil. Essa situação evidencia a necessidade de abordar as questões de segurança pública no Brasil com foco nos direitos humanos e na redução da violência (ENGELMANN, 2015).

Conclusão

De acordo com o AJN1 (2024, <https://ajn1.com.br/p3-materias-primeira-dobra/brasil-registra-mais-homicidios-que-china-eua-japao-e-toda-a-europa/>) o Brasil apresenta um número de homicídios superior ao de países como China, EUA e Japão, e também ao da Europa como um todo. A política de segurança pública é um tema complexo e multifacetado tanto na China como no Brasil. Enquanto a China busca manter a estabilidade social e controlar a dissidência observa-se durante as buscas por dados sobre as questões internas de segurança pública na China que eles são de difícil acesso para que fosse possível fazer uma comparação mais aprofundada sobre o tema. O Brasil luta contra a violência e a criminalidade e o combate ao crime organizado que em alguns casos está encalacrado dentro da estrutura do estado. Ambos os países enfrentam desafios em relação aos direitos humanos e à necessidade de equilibrar a segurança com as liberdades individuais.

Compreender as políticas de segurança pública em diferentes contextos é essencial para promover um debate informado e buscar soluções eficazes para os desafios que cada país enfrenta nesse sentido as experiências de ambos os países nessa temática podem ser fundamentais para o combate ao crime e promoção de uma segurança pública de qualidade e que garanta aos seus cidadãos a garantia de segurança.

Referências

GUO, Sujian. Chinese Politics and Government: Power, ideology, and organization. Local de publicação: Routledge, 2013

JACINTO JUNIOR, Flavio Gomes; SOUSA, Lucas César Pelegri de. A Evolução do Sistema Jurídico Chinês e as Influências Exercidas pelos Sistemas Jurídicos Ocidentais. Zai Yuè, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 81-99, 2022.

RIBEIRO, Vítor Eduardo Alessandri. Policiar na China Contemporânea. Confluências, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 60-85, 2014

RUBIOLO, Maria Florencia. O novo conceito de segurança da China e as relações multilaterais estratégicas com o Sudeste Asiático. Revista Tempo do Mundo , v. 3, n. 1, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. T2018 p. 49-85.

BLANCO, Antônio Carlos Carballo. Sistema e Funções de Segurança Pública no Brasil. In: Anais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, [S.l.], p. 1-8. Ano. 2000.

HUMAN RIGHTS WATCH. Resumo do País: China. 2015.

ENGELMANN, F.; MADEIRA, L. M. A Causa e as Políticas de Direitos Humanos no Brasil. Caderno CrH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 623-637, Set./Dez. 2015.

RIBEIRO, Vítor Eduardo Alessandri. Policiar na China Contemporânea. Confluências, [S.l.], v. 16, n.

3, p. 60-85, 2014

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/poderes-judiciario-e-executivo-lancam-programa-pena-justa/> Acesso em: 28 de abril de 2025.

AJN1. Brasil registra mais homicídios que China, EUA, Japão e toda a Europa. Disponível em: <https://ajn1.com.br/p3-materias-primeira-dobra/brasil-registra-mais-homicidios-que-china-eua-japao-e-toda-a-europa/>. Acesso em: 28 de abril de 2025.

Revista Brasileira de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 19, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

